

Edgard Roquette-Pinto e a Reabilitação do “Homem Brasileiro”

*Edgard Roquette-Pinto and the Rehabilitation of the
“Brazilian Man”*

*Edgard Roquette-Pinto et la réhabilitation de
«l’homme brésilien»*

*Edgard Roquette-Pinto y la rehabilitación del
“hombre brasileño”*

 **Tiago Nogueira Hyra e Chagas Rodrigues**
Universidade Vila Velha

Resumo

Este artigo analisa a trajetória científica e intelectual de Edgard Roquette-Pinto, em especial suas tentativas de provar, dentro dos paradigmas raciais (e racistas) vigentes no Brasil no início do século XX, que a população brasileira não era “inferior” ou “degenerada” como afirmavam as teorias então em voga. A metodologia aqui utilizada é baseada em revisão bibliográfica e documental, abrangendo as obras do referido autor, suas biografias, comentadores de seus trabalhos e documentos como atas de congressos, reuniões e relatórios científicos. Os resultados tentam argumentar que, apesar sua obra aparecer muitas vezes como paradoxal (pois se utilizava da mesma linguagem e métodos dos teóricos raciais), boa parte de sua carreira acadêmica foi dedicada a reabilitar e dignificar a nossa miscigenada população frente aos que a detravavam.

Palavras-chave: Roquette-Pinto, teorias raciais, mestiçagem, antropologia, população brasileira.

Abstract: This article analyzes the scientific and intellectual trajectory of Edgard Roquette-Pinto, in particular his attempts to prove, within the racial (and racist) paradigms in force in Brazil at the beginning of the 20th century, that the Brazilian population was not “inferior” or “degenerate” as the theories in vogue at the time stated. The methodology used here is based on a bibliographic and documentary review, covering the works of the aforementioned author, his biographies, commentators on his work and documents such as minutes of congresses, meetings and scientific reports. The results attempt to argue that, although his work often appears paradoxical (as he used the same language and methods as racial theorists), a large part of his academic career was dedicated to rehabilitating and dignifying our mixed-race population against those who slandered it.

Keywords: Roquette-Pinto, racial theories, miscegenation, anthropology, Brazilian population.

Résumé: Cet article analyse la trajectoire scientifique et intellectuelle d'Edgard Roquette-Pinto, en particulier ses tentatives pour prouver, au sein même des paradigmes raciaux (et racistes) en vigueur au Brésil au début du XXe siècle, que la population brésilienne n'était pas « inférieur » ou « dégénéré » comme le disaient les théories en vogue à l'époque. La méthodologie utilisée ici s'appuie sur une revue bibliographique et documentaire, couvrant les œuvres de l'auteur susmentionné, ses biographies, les commentateurs de ses travaux et des documents tels que des actes de congrès, de réunions et de rapports scientifiques. Les résultats tentent de démontrer que, même si son travail apparaît souvent paradoxal (puisqu'il a utilisé le même langage et les mêmes méthodes que les théoriciens de la race), une grande partie de sa carrière universitaire a été consacrée à la réhabilitation et à la dignification de notre population métisse face à ceux qui la calomniaient.

Mots-clés: Roquette-Pinto, théories raciales, métissage, anthropologie, population brésilienne.

Resumen: Este artículo analiza la trayectoria científica e intelectual de Edgard Roquette-Pinto, en particular sus intentos de demostrar, dentro de los paradigmas raciales (y racistas) vigentes en el Brasil de principios del siglo XX, que la población brasileña no era “inferior” o “degenerada” como decían las teorías en boga en la época. La metodología aquí utilizada se basa en una revisión bibliográfica y documental, abarcando las obras del citado autor, sus biografías, comentaristas de su obra y documentos como actas de congresos, reuniones e informes. Los resultados intentan argumentar que, aunque su trabajo a menudo parece paradójico (ya que utilizó el mismo lenguaje y métodos que los teóricos raciales), buena parte de su carrera académica la dedicó a rehabilitar y dignificar a nuestra población mestiza frente a quienes la calumniaban.

Palabras-clave: Roquette-Pinto, teorías raciales, mestizaje, antropología, población brasileña.

Introdução

Edgard Roquette-Pinto é uma das figuras mais emblemáticas da Antropologia brasileira do início do século XX, tanto por sua atuação no campo científico quanto no educacional. Este artigo tem o objetivo de apresentar suas tentativas de demonstrar que o “homem brasileiro”, a população nacional resultante da mistura de raças e etnias que aqui se criou, não era “inferior” ou “degenerada”, como diziam as teorias raciais (e racistas) em voga na época. Para alguns comentadores de sua obra (e.g. Kern, 2017), sua atuação neste campo era profundamente ambígua e paradoxal, pois ao mesmo tempo em que procurava dignificar nossa população frente a seus detratores, se dedicou a realizar medições antropométricas, adentrou nas searas da craniologia/frenologia, e participou de debates, eventos e associações abertamente ligadas à eugenia. No entanto, como tentarei argumentar, Roquette-Pinto aparentemente o fez por acreditar que, se quisesse refutar as teorias do racismo científico que grassavam à época, precisaria fazer isso nos mesmos termos, usando a mesma linguagem, os mesmos métodos e paradigmas. Caso contrário, provavelmente suas demonstrações seriam rejeitadas por não serem “científicas o suficiente”, ou seja, não se enquadrarem nos restritos padrões científicos dos pares com os quais dialogava.

Desta forma, o presente artigo inicia apresentando uma breve biografia de Roquette-Pinto, seguida por uma seção que busca descrever o contexto científico no qual seu trabalho estava inserido, com especial atenção às teorias deterministas e racistas que imperaram na segunda metade do século XIX e no início do século XX. Após isso, discorrerá sobre as formas pelas quais Roquette-Pinto tentou se contrapor (à sua maneira) a tais teorias, apresentando uma síntese de seus trabalhos sobre os “tipos antropológicos” brasileiros e, em especial, sua participação no I Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929.

Breve nota biográfica

Nascido no Rio de Janeiro em 1884, aos dezesseis anos Roquette-Pinto entra para a Escola de Medicina, não com o desejo de ser médico, mas para dedicar-se às ciências biológicas, a fim de conhecer os seres vivos, e principalmente o ser humano. Foi o médico Paes Leme, seu professor de Anatomia, quem lhe apresentou a Antropologia, no âmbito da qual se aprofundará nos problemas e nas tensões relativas estudo das raças humanas (Gouvêa Filho, 1955).

Roquette-Pinto iniciou sua carreira científica no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1905, ao ser nomeado, através de concurso, assistente da Seção de Antropologia e Etnografia, e a encerrou em princípios de 1936, quando foi encarregado pelo governo de organizar e dirigir o Instituto de Cinema Educativo. Sua primeira incursão ao trabalho de campo antropológico iniciou-se ainda em 1906, quando percorreu o litoral do Rio Grande do Sul a fim de realizar um estudo sobre os sambaquis da região. Porém, tais jazidas já estavam destruídas ou desfiguradas, motivo pelo qual o autor não apresentou os resultados de sua pesquisa, nomeando seu relatório muito apropriadamente: “Relatório da excursão ao

litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul”, sem nenhuma referência explícita, por falta de material, ao problema dos sambaquis (Roquette-Pinto, 1962).

Em 1909, Roquette-Pinto participou do “Quarto Congresso Médico Latino Americano”, realizado no Rio de Janeiro, para o qual escreveu um pequeno ensaio com o título de “Etnografia indígena do Brasil (Estado atual de nossos conhecimentos)”. Trata-se de uma síntese na qual o autor retraza as tentativas classificatórias realizadas por pesquisadores do século XIX, como Von Martius, Von Den Steinen e Ehrenreich. O trabalho de Roquette-Pinto, que termina com um “Esboço de classificação dos povos indígenas do Brasil”, baseado na obra destes autores, desempenhou um papel importante na difusão de conhecimentos sobre a etnografia indígena no Brasil e na correção de conceitos errôneos, como a antinomia tupi-tapuia (Faria, 1959).

Em abril de 1911, Roquette-Pinto viajou como delegado especial do governo brasileiro para a Europa, com o objetivo de participar do “Primeiro Congresso Universal das Raças”, que se reuniu naquele ano em Londres, e durante quatro meses percorreu a Europa, em missão oficial (Faria, 1959). O outro delegado do Brasil no Congresso era o médico e antropólogo João Batista de Lacerda, então diretor do Museu Nacional. Lacerda levava ao congresso sua discutida (já na época) tese: “*Sur les métis au Brésil*” (Lacerda, 1911). Nas próximas seções as relações entre Lacerda e Roquette-Pinto serão aprofundadas.

Ao XVIII Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Londres em 1912, Roquette-Pinto enviou uma “Nota sobre os índios Nambiquáras do Brasil Central”, baseada nas coleções e informes fornecidos pela Comissão Rondon. Trata-se de trabalho anterior à viagem de Roquette-Pinto à então chamada Serra do Norte, que se realizou de julho a novembro de 1912, após o Congresso. O objetivo de tal expedição foi estudar as sociedades indígenas do território explorado pelo Marechal Cândido Rondon. Dessa viagem se originou a obra que definitivamente consagraria seu nome, “Rondônia”. Roquette guardava grande admiração por Rondon, a quem chama de mestre em tal livro (Roquette-Pinto, 1935, p.108). Em “Rondônia”, escrito sob a forma de um diário de viagem, aparecem anotações sobre a fauna, a flora, a etnografia do sertanejo, as belezas naturais e as dificuldades da vida em pequenos lugarejos do sertão brasileiro. Mas o objetivo central eram os ameríndios, em especial os Parecís e os Nambiquáras. Recolhe filmes, chapas, notas, vocabulários, costumes, fichas antropométricas, fonogramas, cultura material, e entrega cerca de uma tonelada e meia de documentos ao Museu Nacional (Gouvêa Filho, 1955).

Em 1923, entendendo que grande parte dos problemas nacionais eram derivados da falta de educação e de informação de sua população, Roquette-Pinto criou as primeiras transmissões educativas pelo rádio, o então denominado “*broadcasting* educativo” (Gouvêa Filho, 1955), com as emissões do primeiro programa cultural da PRA-2, Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, depois transformada em Rádio Ministério da Educação, e posteriormente, Fundação Roquette-Pinto. Ele procurou exercer sua influência junto ao governo de Arthur Bernardes para transformar a antiquada legislação que considerava crime político a existência em casas particulares de rádios receptores, e procurou assim divulgar e vulgarizar informações culturais e artísticas, sendo ele próprio o locutor do “Jornal da Manhã” da Rádio (Gouvêa Filho, 1955).

Em 1924, foi designado para representar o Brasil no XXI Congresso Internacional de Americanistas, que se reuniu em Haya, de 12 a 16 de agosto, e em Gotemburgo de 20 a 25 do mesmo mês. Apresentou o livro “Rondônia”, em suas falas no Congresso. No mesmo ano, logo após seu regresso da Europa, Roquette-Pinto recebeu o cargo de Professor-Chefe da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. Dois anos depois passaria a diretor da instituição.

Em 1926, lecionou um curso de antropologia no Museu Nacional, sob o patrocínio da Associação Brasileira de Educação, com duração de dois meses. A matéria do curso discorria pela zoologia, anatomia comparada, fisiologia e patologia dos Primatas, caracteres morfológicos e antropométricos, fisiologia e anatomia das raças humanas, os fatores da raça, distribuição geográfica das raças, o povo brasileiro, povoamento da Terra, entre outros tópicos, principalmente voltados ao que hoje denominamos antropologia física. Este foi o segundo curso de antropologia lecionado no Brasil, antecedido somente pelo de João Batista de Lacerda, em 1877.

Em 1927, publica “Seixos Rolados (Estudos brasileiros)”, coletânea de várias de suas conferências, ensaios e estudos. Defende também livre docência na Escola de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, para a cadeira de História Natural, com tese sobre a “*Dinoponera grandis*”, a terrível formiga amazônica, conhecida vulgarmente como tocandira. “Pouca saúde e muita saúde, os males do Brasil são”, como na frase cunhada por Mario de Andrade em Macunaíma.

Em 1928, toma posse de sua cadeira (a número 17) na Academia Brasileira de Letras, ocupando lugar que havia sido de Sílvio Romero e de Osório Duque-Estrada. No mesmo ano, publica em forma definitiva os resultados de sua pesquisa sobre os tipos antropológicos do Brasil, trabalho imenso e pioneiro no Brasil, que impõe uma nova orientação aos estudos da Antropologia Física. É acerca desta pesquisa sobre os tipos antropológicos brasileiros que versará o tema central deste artigo.

Os trabalhos de Roquette-Pinto sobre este tema foram publicados pela primeira vez em 1928 no volume XXX dos “Arquivos do Museu Nacional”. Depois foi reproduzido nas “Actas e Trabalhos do Iº Congresso Brasileiro de Eugenia”, (do qual Roquette-Pinto foi presidente), realizado no Rio de Janeiro em 1929. Mais tarde, o mesmo trabalho foi divulgado no livro “Ensaio de Antropologia Brasileira”.

Edgard Roquette-Pinto foi o décimo primeiro diretor do Museu Nacional, tendo conseguido realizar importantes reformas no enorme edifício e melhorar consideravelmente a apresentação das coleções etnográficas, não somente indígenas, mas também regionais, ou de “Etnografia Sertaneja”, como preferia denominar (Faria, 1959). Foram também iniciativas suas a criação de uma nova seção, dedicada exclusivamente à “Assistência ao Ensino”, e a publicação da “Revista Nacional de Educação” (1928-1934). Em março de 1936 deixa o Museu Nacional, por ter sido convidado pelo Ministro Gustavo Capanema para organizar o Instituto Nacional de Cinema Educativo. Assumiu a direção de tal instituto com duas metas: “O cinema tem que ser no Brasil a escola dos que não tiveram escola”, e: “O cinema, no Brasil, tem que informar cada vez mais o Brasil aos brasileiros” (Gouvêa Filho, 1955) O filme, de preferência, seria o documentário, visando sobretudo a educação popular, e depois o filme de aprendizagem e o filme de documentação científica.

O contexto “científico” da época: mestiçagem, branqueamento e teorias raciais

A partir de meados do século XIX, é notória a interpretação de muitos comentadores estrangeiros do Brasil como um país de extremada miscigenação racial. As ideias de Herbert Spencer, Buffon e de outros deterministas grassavam, as leis de Mendel estavam em voga e visitante como o Conde Arthur de Gobineau, autor de “*Essai sur l’inegalité des races humaines*” (1853) relatavam na Europa a situação brasileira como a de um país totalmente mulato, viciado no sangue e no espírito, assustadoramente feio (apud Schwarcz, 1993, p.22). Ou como Louis Agassiz, que em 1868 disse, a qualquer um que duvidasse dos males provenientes da mistura de raças, que viesse ao Brasil e visse por si mesmo. Gobineau e Agassiz, assim como outros de seu tempo, utilizavam-se de teorias evolucionistas e deterministas para provar que a miscigenação de raças humanas diferentes era um mal, que levaria à degeneração da humanidade. O resultado da mistura, para eles, era sempre danoso.

Os chamados teóricos raciais da época acreditavam numa linha evolutiva da humanidade, que não podia ser saltada, estabelecendo uma hierarquia de civilização entre as raças (ou povos). Além disso, afirmavam que existiria entre as raças humanas a mesma distância que entre o cavalo e o asno, o que pressupunha a condenação do cruzamento racial. Acreditavam também numa continuidade dos caracteres físicos e morais. Assim sendo, a divisão do mundo entre raças corresponderia a uma divisão entre culturas. Por fim, apontavam para a preponderância do grupo racial/cultural no comportamento das pessoas, próxima à doutrina da psicologia coletiva, e contra o arbítrio do indivíduo.

Este pensamento racial impulsionou uma prática científica de “melhoramento da espécie” que também era um ideal político de submissão ou mesmo eliminação de raças consideradas, dentro destes paradigmas, inferiores ou mestiças: a Eugenia, cuja meta era interferir na reprodução das populações. O termo eugenia (de EU= boa; e GENUS= geração) foi criado por Sir Francis Galton em 1883. Este naturalista e geógrafo britânico acreditava, a partir de seu método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação. Assim, a eugenia buscava, entre outras medidas, proibir relações ou casamentos inter-raciais, aplicar restrições sobre alcoólatras, epiléticos e alienados, visando maior equilíbrio genético e o aprimoramento das populações. A partir da década de 1880, a eugenia tomou força como movimento científico e social. Como ciência, pedia nova leitura para as leis da hereditariedade, buscando nascimentos considerados por seus proponentes como “desejáveis” e “controlados”, ou seja, tinha por objetivo melhorar a espécie humana. Como movimento social, queria promover casamentos entre determinados grupos e desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade (Schwarcz, 1993). Propunha, assim, uma administração científica e racional da hereditariedade, através da intervenção estatal que, por meio de leis específicas, faria uma verdadeira seleção social.

No Brasil, em 1914 é apresentada uma tese chamada “Eugenia” à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pelo Dr. Alexandre Tepedino, orientando do Prof. Miguel Couto, onde estão condensados os principais pontos da doutrina de Galton. Em 1918, o médico Renato Kehl funda a ‘Sociedade Eugênica de São Paulo’, com 140 associados,

entre eles Oscar Freire, Fernando de Azevedo, Rubião Meira, entre outros. Em fevereiro de 1929, em São Paulo, ocorreu o primeiro concurso de Eugenia, que premiaria três crianças brasileiras que mais se aproximassem do tipo eugênico ideal. Entre junho e julho do mesmo ano de 1929, ocorre o primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, idealizado e organizado por Miguel Couto, que será discutido na próxima seção.

Figura I: Panfleto do 1º Concurso de Eugenia



*1º Concurso de Eugenia
realizado pela Inspectoria de
Educação Sanitaria e
Centros de Saude a 24 de
fevereiro de 1929 em S. Paulo
por delegação da Sociedade de
Medicina de S. Paulo.*

Fonte: Instituto de Estudos Avançados – USP¹.

É em meio a este contexto que a antropologia brasileira se consolida como ciência. Os primeiros trabalhos de antropologia realizados no Brasil datam da década de 1860, vindos principalmente das Faculdades de Medicina da Bahia, da Escola de Recife e do Rio de Janeiro. Na década seguinte, iniciaram-se as pesquisas antropológicas no Museu Nacional, sob a influência de autores franceses e alemães. Os estabelecimentos de ensino e pesquisa foram fundamentais, neste período, para a congregação de uma elite intelectual brasileira, muitas vezes sob o patrocínio de Dom Pedro II, nosso monarca mecenas. As já citadas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia, o Museu Emílio Goeldi, no Pará, a Faculdade de Direito de São Paulo, e os institutos históricos e geográficos (IHGs), tiveram importante papel na concentração de intelectuais, divulgação e legitimação de seus trabalhos. Estes intelectuais eram os “homens de ciencia”, como os denomina Schwarcz (1993, p. 23). No interior de seus estabelecimentos de pesquisa, estes homens tentavam utilizar uma ciência positivista e determinista (herança do pensamento europeu de meados do século XIX) para gerar soluções para o destino do Brasil. Entre estes “homens de ciencia”, Schwarcz cita Francisco Oliveira Viana (do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Sílvio Romero (da Faculdade de Direito do Recife), João Batista de Lacerda (do Museu Nacional), Raimundo Nina Rodrigues (da Faculdade de Medicina da Bahia),

1 Disponível em: http://www.iea.usp.br/imagens/1o-concurso-de-eugenia-1929/image_view_fullscreen. Acesso em: 11 jan. 2022.

Euclides da Cunha (do IHGB), Herman von Ihering (do Museu Paulista), e Edgard Roquette-Pinto (do Museu Nacional).

Como mencionado na seção anterior, em 1877 foi realizado no Museu Nacional o primeiro curso de antropologia do país, ministrado por João Baptista de Lacerda. Era, na verdade, a hoje chamada Antropologia Física, ou Biológica. A principal área era a craniologia (ou frenologia), verdadeira moda na Europa da época. Muitos trabalhos de Lacerda se referem à morfologia craniana. Assim como Roquette-Pinto e Lacerda, a maior parte dos antropólogos brasileiros da época (final do século XIX e início do XX) eram médicos, especialistas em Antropologia Física. Conheciam as teorias deterministas raciais desenvolvidas por esta ciência na Europa, tanto quanto a prática da antropometria. Muitos deles adotaram estas teorias raciais, que chegaram tardiamente ao Brasil, quando já eram desacreditadas na Europa, tornando-as bem recebidas em seus estabelecimentos de ensino e pesquisa (Schwarcz, 1993).

As teorias raciais no Brasil tentavam se acomodar como explicativas de um contexto caracterizado pelo final da escravidão e pela proclamação da República. Após o fim do Império, era claro que havia um país, mas havia dúvidas sobre o que seria seu povo. O Brasil contava com grande crescimento populacional, escassez de mão de obra qualificada (a tão afamada, na época, *falta de braços*) e um enorme contingente de escravizados sem destino. Neste contexto, tais teorias eram apresentadas como modelos teóricos aceitáveis para explicar a situação que o país atravessava. Era uma argumentação para o estabelecimento das diferenças sociais, assim como para a cristalização de uma hierarquia social que protegesse nossas brancas elites daquelas que, à época, eram consideradas “perigosas classes mestiças e degeneradas”.

Nessa perspectiva, embasada por dados considerados científicos pelos paradigmas então consagrados, a mestiçagem explicava o atraso e a inviabilidade da nação. Tomava força um modelo racial de análise dos problemas sociais brasileiros, onde a miscigenação era entendida como questão central para compreender os destinos da nação. Do darwinismo-social, adotaram o conceito de diferença entre as raças e a natural hierarquia que essa diferença acarretava, embora esta corrente não problematizasse as implicações negativas da mestiçagem (ou seja, a corrente monogenista). Do evolucionismo social, trouxeram a ideia de evolução das raças, que negava a unidade da humanidade (a corrente poligenista). Eram teorias contrárias e excludentes, e coube aos “homens de ciência” transformá-las e adaptá-las para serem aceitas com sucesso no Brasil. Estes “cientistas” estavam entre a aceitação de teorias estrangeiras, que condenavam o mestiço e os cruzamentos, e a sua adaptação a um povo miscigenado como o brasileiro. Esta utilização no país das teorias deste “racismo científico” é hoje vista como um reflexo das doutrinas propostas pelos ideólogos do imperialismo para legitimar a expansão europeia sobre os demais povos (Schwarcz, 1993). A partir dos anos 1870, o evolucionismo social, o darwinismo social, o positivismo e o naturalismo formam, segundo a expressão de Sílvia Romero, um “cinematógrafo de ismos”, popularizados como justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação. Era uma elite intelectual que incorporava princípios do liberalismo e adotava um discurso científico evolucionista como modelo de análise social (Schwarcz, 1993).

Essas teorias raciais deterministas favoreceram o surgimento e a difusão pelo mundo, e inclusive no Brasil, da frenologia e da antropometria, que interpretavam a capacidade humana a partir de medidas e proporções do cérebro dos diferentes povos. Ganhava impulso, na esteira destas teorias, a Antropologia Criminal, que pretendia analisar a suposta natureza biológica do comportamento criminoso, acreditando que a propensão ao crime seria um fenômeno físico e hereditário. O maior expoente desta vertente na Europa foi o italiano Cesare Lombroso e, no Brasil, Raimundo Nina Rodrigues.

Lília Schwarcz, no já citado “O Espetáculo das Raças” (1993), afirma que, na época, enquanto os estudos antropológicos nasciam diretamente vinculados às ciências físicas e biológicas, as análises etnológicas mantinham-se ligadas a uma orientação mais humanista. A Antropologia como disciplina se detinha na análise biológica do comportamento humano, e a Etnologia se mantinha numa perspectiva mais filosófica e ligada ao pensamento de Rousseau. Acrescenta que aqui se fez um uso inusitado das teorias deterministas raciais originais (europeias), na medida em que a interpretação darwinista-social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial “[...] servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça” (Schwarcz, 1993, p. 65)

Assim, entre o final do Império e a Primeira Guerra Mundial foi desenvolvida no Brasil a chamada “tese do branqueamento da raça”, apoiada nas teorias deterministas (Seyferth, s/d). Afirmava, basicamente, que dentro de algum tempo (variável de teórico para teórico), através da miscigenação (controlada pela Eugenia ou não), o povo brasileiro se encaminharia na direção de um tipo antropológico branco. Era ambígua: ao mesmo tempo que via a mestiçagem como um mal a ser extirpado (por influência das teorias raciais europeias), a considerava a solução para a questão racial brasileira. Essa ambiguidade se revela como uma preocupação que atingiu as elites, ao ponto do governo brasileiro mandar João Baptista de Lacerda e Edgard Roquette-Pinto como delegados oficiais para o Congresso Universal das Raças em 1911. Um fato curioso da apresentação de Lacerda no Congresso Universal das Raças foi a exibição de uma cópia do quadro “*A Redenção de Cam*”, do pintor espanhol Modesto Brocos:

Figura II: A redenção de Cam, de Modesto Brocos, 1895



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

Esse quadro foi concluído em 1895 e apresenta a imagem de uma família: à esquerda, uma senhora negra olhando para os céus em gesto de agradecimento, e uma mulher mestiça segurando uma criança branca; à direita, um homem branco observando a esposa e o filho. A imagem do quadro transmite, categoricamente, a tese que Lacerda defendia: o embranquecimento através das gerações. Brocos propõe a diluição da cor negra na sucessão de descendentes e insere, nessa sucessão, a "redenção", a "absolvição" de uma "raça amaldiçoada", isto é, a descendência de Cam, filho de Noé que, no livro do Gênesis, é amaldiçoado pelo pai. A história de Cam, a despeito de seu simbolismo bíblico, foi interpretada à revelia pelo racismo do século XIX, no qual Brocos estava envolto. O "escurecimento" dos descendentes de Cam teria desembocado na raça negra africana, que poderia ser redimida por meio da mistura com a raça branca europeia, depurando os traços negros nos mestiços após algumas gerações.

Apesar dos diferentes autores desta corrente de branqueamento discordarem bastante sobre o significado de “raça”, alguns pontos comuns podem ser encontrados: a crença na desigualdade das raças humanas, na inferioridade de negros e amarelos em geral, na incapacidade do negro de se civilizar, na inferioridade de muitos mestiços, e, principalmente, numa seleção natural e social que conduziria a um povo brasileiro branco num futuro não muito remoto.

Entre os autores do branqueamento se encontram, além de João Baptista de Lacerda, “homens de ciência” como Sílvio Romero e Oliveira Viana. Lacerda evitou muitos conceitos em voga na época. Não se refere ao mito ariano, nem para se referir a um “tipo branco puro”. Não utiliza a categoria “mulato”, e analisa a mestiçagem como fenômeno único, sem referência a mestiços superiores e inferiores, entendendo o branqueamento

como processo de uma só direção (que vai do mestiço ao branco, sistematicamente). É uma interpretação mais otimista que a dada por Sílvio Romero ou Oliveira Viana. Para estes, a mestiçagem pode resultar numa população mais branca, porém nem todos os mestiços caminham nesta direção. Apesar das diferenças teóricas que guardavam entre si, todos eles acreditavam no desaparecimento não só do negro como dos mestiços. Apenas as previsões temporais variam: Lacerda estimou 100 anos, Romero três ou quatro séculos (Schwarcz, 1993).

Lacerda utilizou-se da ciência natural para elaborar sua tese, relacionando evolução (racial e social) com progresso. Essa interpretação tinha como base dois pressupostos: a desigualdade das raças humanas e a desigualdade das sociedades humanas. Assim, existiriam raças inferiores e superiores, assim como sociedades atrasadas (ou bárbaras), e adiantadas (civilizadas). Para Lacerda e Oliveira Viana, o atraso do Brasil se deve à composição populacional, e a única solução seria o “aprimoramento da raça” no sentido do tipo branco (para Lacerda) ou do ariano (para Oliveira Viana). Viana acreditava numa aristocracia rural ariana, que dominaria a “horda plebéia”, mestiça. Lacerda era menos radical que Viana, se limitando a fazer considerações sobre o tema enquanto antropólogo físico. A tese de Lacerda, “*Sur les métis au Brésil*” foi baseada no “Diagrama da constituição antropológica da população do Brasil, organizado segundo as estatísticas oficiais de 1872 a 1890”, de autoria de Roquette-Pinto (ambos trabalharam juntos no Museu Nacional). Foram os dados deste quadro que permitiram a Lacerda concluir que o embranquecimento do brasileiro era uma verdade científica; portanto, além de altamente apreciada, incontestável.

Era este o contexto da Antropologia Física brasileira à época de Roquette-Pinto. A seguir, veremos as ideias de Roquette-Pinto sobre a constituição antropológica da população brasileira, as dissensões entre ele e os chamados “teóricos do racismo”, assim como as soluções por ele apontadas para questão racial do país. Para tanto, serão analisados seus trabalhos sobre os tipos antropológicos do Brasil, que se contrapunham às visões racistas e antimiscigenação de muitos pesquisadores daquele momento. Uma interessante “janela” histórica para a apreciação destas diferentes posições, tensões e debates foi o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929, do qual Roquette-Pinto foi o presidente.

O “Homem Brasileiro” e o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia

Em 1928, com a publicação em definitivo dos resultados de suas pesquisas sobre os tipos antropológicos do Brasil, Roquette-Pinto impôs nova orientação aos estudos de Antropologia Física. Segundo Faria (1959), no período que abrange de 1910 a 1920, as sociedades indígenas foram a principal preocupação dele. De 1920 a 1930, foi o brasileiro, ou antes o *brasiliano* (como preferia), que passou a centralizar seu interesse.

O levantamento de medidas para a determinação dos tipos antropológicos do Brasil teve início em 1919, no laboratório da Seção de Antropologia do Museu Nacional, e o resultado da pesquisa representaria a contribuição deste instituto para a comemoração do Centenário da Independência. Em 1921, já eram por volta de mil e duzentas as fichas antropométricas de indivíduos do sexo masculino, “brasilianos” sadios, filhos e netos de

brasileiros, naturais de todos os estados da federação, com idades entre 20 e 22 anos. Neste mesmo ano, Roquette-Pinto também se encarregou de treinar em técnicas antropométricas duas turmas de senhoras para o levantamento de mensurações de sexo feminino. Os primeiros resultados foram publicados no relatório do diretor do Museu referente ao ano de 1922: porcentagem de elementos, estatura, índice cefálico, índice nasal, foram divulgados com o caráter de comunicação prévia. O trabalho completo seria publicado em 1928 nos “Arquivos do Museu Nacional”, volume XXX. Foi reproduzido nas “Actas e trabalhos do I Congresso Brasileiro de Eugenia”, realizado no Rio de Janeiro em 1929, e mais tarde divulgado em seu livro “Ensaio de Antropologia Brasileira”, em 1933.

O 1º Congresso Brasileiro de Eugenia foi emblemático do debate sobre a questão racial no Brasil, apresentando em seus quadros representantes das diversas vertentes eugênicas e das variações do “racismo científico”, mas também de sociólogos, educadores e antropólogos que se contrapunham, com maior ou menor vigor, a estas teorias racistas. Entre estes últimos, teve destacada proeminência Roquette-Pinto, à época já diretor do Museu Nacional e pesquisador de renome. E aqui surge o aparente paradoxo de sua posição: se opunha às teorias raciais que pregavam a degeneração pela mestiçagem, mas ao mesmo tempo era um eminente proponente da eugenia.

Mas essa posição deve ser matizada, pois a eugenia não era um movimento ou corrente uniforme, desprovida de nuances e posições divergentes. Roquette-Pinto está entre os mais importantes intelectuais brasileiros que se empenharam na organização e divulgação do movimento eugênico brasileiro, junto a Monteiro Lobato, Belisário Penna, Octávio Domingues e Renato Kehl. Mas ele tinha uma visão muito diferente da dos outros. Já se falou dele como defensor de uma “eugenia positiva” (Kern, 2017; Tamano, 2022), como um intérprete da mestiçagem brasileira que não significava, a seu ver e na contracorrente dos eugenistas europeus, uma “degeneração”. Como um crítico do racismo científico, Roquette-Pinto entendia que a eugenia deveria ser propagada para melhorar as condições físicas e mentais de toda população brasileira, sem excluir negros e mestiços do processo de aperfeiçoamento da nação brasileira. Assim, ele se insurgiu contra a “eugenia negativa” e o racismo praticado por figuras como Renato Kehl, que propunha medidas radicais de intervenção eugênica, como a segregação racial, impedimento de casamentos inter-raciais e a esterilização compulsória de criminosos (Tamano, 2022).

Miguel Couto, médico carioca, presidente da Academia Nacional de Medicina e fundador do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, abriu o evento com a seguinte fala:

Salta aos olhos a importância do problema immigratorio, capaz só elle de frustrar por contaminação todas as conquistas obtidas por esforço e sciencia em pról da raça que habitará nosso solo; e os brasileiros que cultivam estas cousas de alta biologia, não podem fugir com sua lição no aneio senão na esperança de fazer a pátria mais forte, mais util e mais bella (CBE, 1929, p. 7)².

Roquette-Pinto, presidente do Congresso, fez uma alocação em que mostrou as feições diversas que tinha a Medicina da época, até o momento em que se reconhece

2 Reproduzo nas citações deste artigo a grafia original utilizada nas publicações e documentos consultados.

dependerem em grande parte as condições de saúde do indivíduo da herança recebida por seus antepassados:

Durante muito tempo, supoz-se que o meio dominava os organismos, portanto medicina e higiene resolveriam o problema da saúde; mas a ciência demonstrou haver alguma coisa que independe da higiene: é a semente, a herança, que depende da Eugenia. É preciso, pois, tratar da semente [...] (CBE, 1929, p. 11).

Roquette-Pinto, nesta sua fala inicial no Congresso, procurou diferenciar entre a higiene e a eugenia: segundo ele, a higiene procura melhorar o meio e o indivíduo; a eugenia procura melhorar a estirpe, a descendência, a raça. Ou seja, entende que o domínio da eugenia se restringe à herança biológica. Lembra ser para o Brasil: “[...] a importância da Eugenia é tanto maior quanto, clamando-se contra a falta de braços, é preciso reconhecer que nos falta antes o seu melhor aproveitamento” (CBE, 1929, p. 11).

Tendo um orador do congresso, o escritor e jornalista Antonio José de Azevedo Amaral, se referido à inferioridade das raças da Europa do Sul (em relação a perspectivas imigratórias), Roquette-Pinto diz que, na sua opinião, o indivíduo passa na frente da raça quando se trata de aplicar os princípios da Eugenia à questão da imigração. Segundo ele, concordar com Amaral seria negar todas as conquistas realizadas pelos brasileiros no desbravamento e na ocupação de sua terra. É já um prenúncio da tese que Roquette-Pinto apresentaria em seu trabalho exposto no congresso.

Quando alguns congressistas colocam em pauta a questão sobre se deveria ser admitida imigração africana para o Brasil, a exemplo do deputado Oscar Fontenelle, que afirmou que “[...] o país já tem sofrido bastante por esta questão de raça, o cruzamento com raças diversas é mau” (CBE, 1929, p. 20), Roquette-Pinto apresenta suas críticas e marca sua posição, afirmando que “Todo progresso do Brasil foi feito por essa gente proveniente de cruzamentos, ora taxados de inferiores” (CBE, 1929, p. 20).

Aos que defendiam, em suas falas, a inferioridade dos mestiços do Nordeste, como o médico Xavier de Oliveira, do Recife, que mediu dez mil pessoas e achou as cifras desoladoras, Roquette-Pinto diz: “Vossa Excelência mediu mulatos doentes [...] pois medindo indivíduos sãos, cheguei a conclusões opostas” (CBE, 1929, p. 23). Demonstra-se assim a tese de Roquette-Pinto, que permeará seu trabalho de “dignificação do homem brasileiro”: o problema dos mestiços brasileiros não é de insuficiência biológica hereditária, ou de cruzamento das raças, mas sim de saúde e de educação.

Participaram do Congresso nomes importantes da ciência brasileira do momento, tendo apresentado trabalhos médicos, antropólogos, historiadores, biólogos e educadores como Affonso de Taunay (com tese sobre a obrigatoriedade do registro genealógico), Renato Kehl (com um esboço histórico e bibliográfico sobre a Eugenia no Brasil), Fróes da Fonseca (sobre os grandes problemas da antropologia), A.J. de Azevedo Amaral (sobre o quase onipresente “problema eugênico da imigração”) e Levi Carneiro (sobre educação e eugenia). As conferências de Azevedo Amaral e de Fróes da Fonseca merecem citação mais aprofundada.

Azevedo Amaral trata, em sua conferência, de um dos problemas que mais incomodava as elites brasileiras no começo do século, a questão da imigração, que era decorrente de outro problema: a escassez de mão de obra qualificada para a produção nacional, popularmente debatida à época sob o pseudônimo de “falta de braços”. Amaral considera que o problema com que se depara o Brasil não é a seleção de grupos étnicos, mas a “formação de uma raça nacional, isto é, a criação de um *typo ethnico* novo por meio da selecção *systematica* dos elementos de elite encontrados na própria população nacional e dos que forem importados de outras terras” (CBE, 1929, p.330). Repele, assim, a política imigratória que aconselha, segundo ele, “a abertura das fronteiras ao joio e ao trigo das fluctuações demographicas internacionaes na esperança *illusoria* de que as influencias mesologicas predominem em um imaginario processo de caldeamento *ethnico*” (CBE, 1929, p.331). Para Azevedo Amaral, o problema eugênico da imigração pode ser definido como

[...] a determinação dos meios de assegurar os processos mais *efficazes* de escolha dos elementos *alienigenas*, cuja entrada no país concorrerá para levantar o nível dos caracteres superiores da raça e, ao mesmo tempo, vedar o acesso ao nosso territorio de todos aquelles cuja influencia *dysgenica* seja reconhecida (CBE, 1929, p. 331).

Dessa maneira, considera inadmissível a entrada de mais negros no país, pois a “... finalidade nacional orienta-se no sentido da elaboração de uma civilização de *typo europêo*” (CBE, 1929, p. 336). Ao final, apela ao Presidente da República para que recaia sua atenção sobre os perigos da imigração sem controle, sob perigo dos interesses da raça e da segurança política e social do Brasil: recomenda a avaliação dos imigrantes através de provas de habilitação profissional ou técnica, contratos para serviços por empresas ou pessoas idôneas no país, ou por posse de quantia substancial, aconselha a exclusão de todo imigrante com antecedentes criminais, condena a imigração subvencionada pelo governo brasileiro e, por fim, aconselha categoricamente a exclusão de todas as correntes imigratórias que não sejam de raça branca.

Enquanto Renato Kehl, Xavier de Oliveira e outros rebaixavam a imagem da população (em especial, da população mestiça) nacional, o médico e antropólogo Álvaro Fróes da Fonseca usa as teorias de Franz Boas para argumentar contra os defensores de uma suposta superioridade racial ingênita. Seguindo uma linha de argumentação muito próxima da que Roquette-Pinto apresentará depois dele, Fróes da Fonseca afirma que, para ele, os fatores que comandam o adiantamento ou atraso culturais não são os de raça: todas as populações da terra seriam mais ou menos mestiças. Afirma que cumpre evitar a confusão dos mestiços criados em condições saudáveis com os que se rejeitam à margem da sociedade, desenvolvidos através:

[...] de todas as falhas da hygiene, privados de educação moral, presa fácil do álcool, da syphilis, da opilação e da malária [...] Podemos ter como definitivamente assentado que a mestiçagem não nos cria nenhuma condição de inferioridade. Em meios estrictamente científicos não se tomam a sério as phantasias dos pregoeiros do sangue aryano, e as pretensas inferioridades das raças negra e vermelha [...] Não nos parece pois que a eugenização das populações brasilienses seja problema racial [...] o problema fundamental é o da educação, em geral, e o da hygiene, em particular. A selecção que se impõe no movimento immigratório é a selecção do indivíduo, não da raça [...] Nossa gente mestiça, sempre que em condições de saúde, é physicamente forte e tem demonstrado, na conquista de seu território reservas taes de energia moral que permitem encarar com otimismo o futuro (CBE, 1929, p. 77-79).

Fonseca critica Renato Kehl por criar preconceitos raciais. Critica também a intervenção direta do Estado, que busca selecionar uma população para levá-la à formação de um tipo humano padrão, afirmando, citando Kant, que “[...] é precisamente na mistura do bom e do mau que reside a grande mola impulsora das forças dormitantes da Humanidade, que a obrigam a desenvolver todos os talentos e a tender ao completamento da sua finalidade” (CBE, 1929, p.79). Afirma que a mestiçagem até favorece a evolução da espécie e garante a sobrevivência da mesma. Aproxima-se bastante, desta forma, da interpretação de Roquette-Pinto, como veremos adiante.

O trabalho apresentado por Edgard Roquette-Pinto ao Congresso foi intitulado “Nota sobre os Typos Anthropológicos do Brasil”, publicado também em “Ensaio de Anthropologia Brasileira” (1933). A seguir, será exposta análise de tal trabalho conjugada com trechos do ensaio, para facilitar a compreensão de um e de outro.

Os “Typos Anthropologicos do Brasil” e a positivação da mestiçagem

O autor começa o capítulo I dos “Ensaio de Anthropologia Brasileira” com esta advertência:

Para as nações modernas não ha problema tão importante quanto o da população. Tudo depende da *gente*; do número e da qualidade. Riqueza natural – é água parada que não move os moinhos. Neste terreno, o *trabalho* vale muito mais que o *capital*. E o trabalho – é o homem. Só ele, pela intelligencia, ou pelos musculos, empresta valor às cousas. Os brasilianos devem pensar bem nisso, antes de entôar os louvores habituaes às maravilhas da terra de que são donos (Roquette-Pinto, 1933, p. 5, ênfases no original).

No Congresso Brasileiro de Eugenia, apresentando as conclusões de sua longa pesquisa, Roquette-Pinto começa citando dois argumentos que versam sobre o problema do povoamento do Brasil: tem nosso país mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, e (à época) 35 milhões de indivíduos, ou seja, 4 hab/km². Para elevar esta taxa rapidamente, considera ele, só apelando para o que chama de “alienígenas” (como denomina os estrangeiros). O outro argumento é que o Brasil precisa de braços para tirar partido de suas riquezas (CBE, 1929, p. 119).

Realça a importância do assunto, por três motivos: toca de perto nossos interesses espirituais (língua, crença, hábitos); interessa muito a um certo número de regiões cuja riqueza está latente; há grande número de respeitáveis capitalistas, agricultores e industriais, cuja fortuna, de grande importância para a economia geral do país, não se desenvolve acentuadamente porque “*falta o homem*” (CBE, 1929, p. 119).

A seguir, analisando o primeiro argumento, considera que nossos oito e meio milhões de quilômetros nunca poderão receber todos os habitantes que se lhes quer dar, pois é necessário cortar a imensa superfície que não pode ser habitada, a área “não-ecumênica” (região das secas, planícies arenosas, florestas). Calcula restarem de Brasil “oecumênico”, no sentido de Ratzel, uns 5 milhões de km² a povoar. Sendo assim, a densidade populacional (da época) é orçada por ele em volta de 7 hab/km². Para ele, a densidade ótima para o Brasil seria a espanhola (do começo do século), por volta de 40. Mesmo porque a densidade da população não é necessariamente sinal de progresso. Mas pode torná-lo mais veloz. Ora, “o Brasil”, diz Roquette-Pinto, “tinha 4 milhões de habitantes no começo do século passado, em cem anos passou a ter trinta. Destes trinta, dez milhões foram trazidos para cá (negros e europeus) [...] ao fim deste século (XX), a população do Brasil contará uns 150 milhões aproximadamente” (CBE, 1929, p. 120). Quase acertou. Mas desmente: “as coisas de fato não se passam inteiramente assim” (CBE, 1929, p. 121).

Introduz, então, o conceito de curva de crescimento populacional, que segundo ele, é como a do crescimento de um indivíduo. Não sobe regular e contínua. Há fases de estacionamento. “Portanto”, explica, “em 1980, seremos, seguramente, cerca de 100 milhões. Haverá, então, por km² de Brasil, oecumênico, cerca de vinte habitantes. Mas este é um dado que precisa ser corrigido, pois estamos raciocinando como se nossos portos ficassem absolutamente fechados aos estranhos, coisa absurda” (CBE, 1929, p. 121).

Sobre a imigração, a opinião de Roquette-Pinto era de que a imigração espontânea tendia a aumentar, por diversas causas: primeiro, porque os imigrantes que vivem bem aqui, naturalmente, influem para que outros venham; segundo, porque as condições de conforto e facilidades de trabalho, a prosperidade econômica do Brasil, fatalmente haveriam de melhorar; e terceiro, porque as verdadeiras condições de vida do imigrante no Brasil (tanto as boas quanto as más) estavam começando a ser melhor divulgadas, de maneira menos exagerada.

A respeito do segundo argumento sobre o problema de população do Brasil, considera que desejar *braços* para as fazendas e fábricas, sem nenhuma outra consideração, é ponto de vista indefensável:

Mas, no interesse da demonstração, supponhamos que assim seja: Faltam braços? *Faltariam braços* – se todas as existências já estivessem com sua capacidade esgotada, se todos os braços já estivessem sendo utilizados com rendimento aceitável. Estamos longe disso” (CBE, 1929, p. 121 – ênfases no original).

Segundo ele, a produção individual, no Brasil, é tão pequena que surpreende. “*Dizer que o Brasil precisa de braços é afirmar a irremediável insuficiência da sua gente*” (CBE, 1929, p. 122, ênfase no original). E se pergunta: “Falhas da terra? Da gente?” (CBE, 1929, p. 122). A terra brasileira, para Roquette-Pinto, não é, de fato, “[...] aquele lugar

vizinho do Paraíso de que falava Américo Vespúcio, mas é generosa e boa, com queria Rio Branco. E a gente?” (p. 122)

Neste ponto, começa a ficar mais clara a oposição de Roquette aos teóricos raciais: o “homem brasileiro”, é, para ele, gente corajosa e batalhadora, que conquistou com méritos de bravura as riquezas territoriais do país, com tenacidade única. Cita os exemplos dos bandeirantes, da ocupação da Amazônia e do povoamento de Rondônia. Além disso, argumenta o autor, a gente brasileira também vai “[...] resolvendo seu próprio problema, eliminando suavemente certos typos e plasmando-se em outros de que este trabalho dará notícia” (CBE, 1929, p. 122). Mas então, de onde provém a conclamada insuficiência de braços? Para Roquette, única e exclusivamente de um elemento decisivo: a falta de organização nacional, que em seu entender, significa no Brasil:

[...] *educação do povo, nacionalização da economia, e a circulação das ideias e da riqueza*. Quando o imigrante é collocado ao lado de nosso homem rustico (São Bernardo, SP), nacionaliza-se depressa, mas passa a ter diminuta eficiencia individual [...] Mas quando isolados em colônias, começam a *produzir progresso* (como nas colonias de S. Paulo, Paraná, S. Catharina, Rio Grande do Sul) – mas não se nacionaliza tão depressa quanto seria desejável [...]. Logo, não é da *raça* a deficiência, uma vez que já se apontou o que ela valle. *Falta de braços significa máu aproveitamento dos braços existentes* (CBE, 1929, p. 123, ênfases no original).

Segundo o autor, a política de povoamento no Brasil não foi voltada para o desenvolvimento da população, mas sempre baseada em “maus expedientes”:

[...] trucidou o índio; importou negros escravos – o que foi uma necessidade – *mas os deixou absolutamente embrutecidos*. Não deu um passo para elevá-los e prepará-los para a liberdade; mandou buscar, a peso de ouro, gente branca, *sem escolha, sem fiscalização*, entregando-lhe capital apreciável (terra, ferramentas, assistência...); abandonou à triste sorte da sua indigência os melhores elementos nacionaes (CBE, 1929, p. 123, ênfases no original).

Vendo assim, que o modo de agir, na luta pela conquista da terra, não permite que se considere o mestiço do Brasil como gente moralmente degenerada, Roquette-Pinto se empenhou em descobrir se as “[...] características anthropológicas mostram sinais de decadência anatômica ou fisiológica; vejamos se é physicamente degenerada” (CBE, 1929, p. 124).

Começou, como dito acima, a recolher os dados vinte anos antes para verificar as características da população do Brasil. Mas, ao invés de se servir das fichas antropométricas para determinar as diferentes médias aritméticas, preferiu fazer a análise dos tipos, realizando a seriação dos caracteres, conforme era costume da Biologia. Tomou por base nos seus estudos “rapazes de todos os estados, filho e netos de brasileiros, de 20 a 22 anos, *todos sadios, e sujeitos às mesmas condições de vida*” (p. 124, ênfase no original).

Os tipos que eram, em sua compreensão e de acordo com seus dados, numericamente insignificantes – como cafusos, xibáras, caborés (conforme os quadros classificatórios vigentes à época) – ele desprezou, para analisar os principais tipos antropológicos caracterizados na população brasileira, que podem ser reunidos em quatro

grupos: 1) os leucodermos ou brancos, representando 51% da população; 2) Faiodermos ou “mulatos” (como os denomina Roquette-Pinto), originados da mistura entre brancos e negros, com 22% da população; 3) Xantodermos, com origens da miscigenação entre brancos e indígenas (chamados pelo autor de “caboclos”), com 11% da população nacional; e 4) Melanodermos ou negros, com 14% da população. Ainda contabiliza 2% de população indígena, mas não a inclui nas estatísticas antropométricas em que baseia suas análises.

Roquette-Pinto realiza, em sua exposição, uma detalhada análise antropométrica de cada tipo, apresentando as curvas de frequência do índice cefálico, do índice nasal, da curva da linha bi-zigomática (largura da face), do perímetro torácico e da espirometria (capacidade respiratória) entre cada um dos quatro tipos antropológicos.

Não cabe aqui repetir os dados apresentados, mas é interessante notar que as medidas de que dispunha a respeito dos faiodermos (ou “mulatos”), os grandes acusados de degeneração pelos teóricos do racismo científico, apresentam grande variabilidade. Para ele, isso era uma prova de que a mistura das raças não estaria criando uma nova raça de mestiços degenerados e disgênicos, como pregavam seus opositores. Por exemplo, analisando a curva do índice nasal dos faiodermos “[...] vê-se bem a grande variação do carácter fundamental no typo instável que é o mulato, oscilando entre os extremos em que se fixam os seus progenitores [...] De qualquer modo, mais uma vez fica bem demonstrado que não existe, nunca, a cerebrina ‘fusão das raças’” (CBE, 1929, p. 128).

Os gráficos referentes ao comprimento e à largura da face, ao perímetro torácico e mesmo à capacidade vital dos faiodermos confirmam a variedade do tipo. Roquette-Pinto afirmava desta forma que o “mulato” era um tipo instável e imprevisível, tomando caracteres ora dos brancos, ora dos negros, não formando “uma nova raça”, como muitos acreditavam. Além disso, salienta que “[...] nenhum dos caracteres estudados [...] permite considerá-los como typos involuídos” (CBE, 1929, p. 129).

Após analisar tais dados usando o que havia de mais moderno na época em relação à estatística, à antropometria e à biometria, Roquette-Pinto coloca-se em condições de afirmar que:

Do ponto de vista fisiológico as pesquisas provaram que os cruzamentos entre brancos x negros e brancos x índios dão sempre typos normaes, a menos que os progenitores não sejam portadores de herança mórbida. Em geral, tem-se o hábito de considerar degenerados mestiços que são apenas doentes ou dysgênicos. Não é o cruzamento; é a doença a causa do aspecto débil de muitos delles. Durante muito tempo raciocinou-se *a priori* sobre o resultado dos cruzamentos, em vez de procurar, sem ideias preconcebidas, os documentos necessários ao estabelecimento de uma opinião certa (CBE, 1929, p. 136).

Assume a questão contra os teóricos raciais, tentando provar na mesma linguagem “científica”, utilizando as técnicas e metodologias criadas e/ou adotadas por seus opositores, como a antropometria e a frenologia de Galton, tentando inverter a argumentação para validar sua tese: “[...] pois o resultado dos cruzamentos é condicionado não somente por factores biológicos mas também por factores sociais” (CBE, 1929, p. 136).

O crescimento populacional vegetativo mais acentuado nos estados do Nordeste é, para Roquette-Pinto, prova manifesta contra a opinião dos que acreditam nos prejuízos do

cruzamento sobre a vitalidade das raças. Cita como exemplo o estado do Ceará, que não recebeu imigração européia, mas que, no entanto, é a região de população mais densa, das famílias mais numerosas, embora seja das mais castigadas pela seca: “É, por outro lado, a província de homens excepcionalmente dotados, como resistência física e firmeza moral. Foram elles, principalmente, que conquistaram o immenso territorio da Amazonia [...] É talvez a região em que houve o maior cruzamento xantodermo x leucodermo” (CBE, 1929, p. 137).

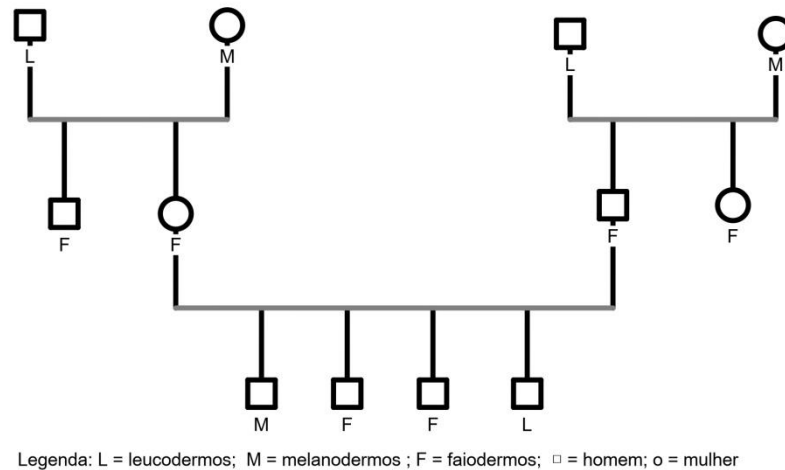
Prosseguindo sua argumentação dirigida a provar que as dificuldades enfrentadas pela população mestiça do país são de origem social e não racial, afirma que:

A mestiçagem branco x negro dá, em geral, famílias pouco numerosas, não por infertilidade, mas por causas sociaes. É que a família, condição essencial para a protecção das crianças, é muito precária entre estes mestiços (branco x negro ou mulato), devido à falta de educação [...] Por isso, a mortalidade de mestiços (sobretudo de mulatos) é muito mais alta na primeira infancia [...] Mas, continuando sua vida de homens que não receberam a mínima instrução, comprehende-se que as doenças (syphilis, malaria, verminose), muito mais que os vícios, os eliminem ainda jovens. Não é por fraqueza constitucional que estes mestiços estão desaparecendo; é por influência das condições sociaes. Do ponto de vista intellectual, os mestiços não se mostram, em coisa alguma, inferiores aos brancos [...] Os mestiços que recebem instrução technica são tão bons quanto os europeus. Os que não conhecem sinão os mestiços degradados das grandes cidades, onde o meio cosmopolita corrompe facilmente aquelles que a educação não fortifica, e os que só conhecem os mestiços opilados ou impaludados do interior, não podem fazer idéia da perseverança, da firmeza, da dedicação de que dá prova o do *hinterland*, cuja sobriedade é proverbial (CBE, 1929, p. 137).

Este (longo) trecho sintetiza de maneira exemplar a tese que vem buscando reforçar: as origens sociais e educacionais dos problemas que afligiam a população nacional mestiça. Tal como o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato (outro notório eugenista), cujos problemas não advém de raça, mas de verminose, são as doenças e as condições sub-humanas a que estão submetidos os mestiços nacionais as causas de sua menor produtividade e longevidade. Porém, após tão brilhante elogio do “mestiço brasileiro”, Roquette-Pinto derrapa ao discorrer sobre a moralidade dessas populações: “Do ponto de vista moral, no entanto, manifestam accentuada fraqueza: emotividade exagerada, óptima condição para o surto de estados passionais” (CBE, 1929, p. 138).

De toda forma, em seguida, declara preemptoriamente: “*O problema das raças não existe no Brasil. Negros, índios, mestiços, ou brancos, todos gozam mais ou menos das mesmas considerações sociaes, que só dependem do grau de instrução ou de riqueza.*” (CBE, 1929, p. 138, ênfase no original). Segundo ele, desta afirmativa decorre serem tão frequentes os cruzamentos, gerando uma descendência na qual vêm-se filhos que tendem para uma ou outra raça, negra ou indígena, e outros que não podem ser separados dos brancos por nenhum dos caracteres indicados pela ciência de então. Em geral, tipos brancos, cuja avó é negra, podem ser classificados por um especialista entre os brancos mediterrâneos, sem que se possam reconhecer. Utilizando o esquema genético mendeliano, Roquette-Pinto explica que isso não é surpreendente, e diz mais: “[...] é um erro crer que os filhos de mulatos são sempre mulatos” (CBE, 1929, p. 138, ênfase no original).

Figura III: Esquema genético mendeliano de cruzamentos raciais de Edgar Roquette-Pinto, diagramado pelo autor deste artigo.



Fonte: Actas e trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929, p.138.

O esquema apresentado por Roquette-Pinto apresenta dois casais: dois homens brancos (leucodermos) que procriam com mulheres negras (melanodermas). Na primeira geração, os filhos são sempre faiodermos. Se estes faiodermos se casam entre si, teremos na próxima geração, melanodermos, faiodermos e leucodermos. Assim, se reportando ao clássico esquema teórico, assentadamente científico, das teorias de Mendel, Roquette-Pinto afirma que seus dados antropométricos coletados no Brasil confirmam plenamente que: “Examinando-se os graphics, verifica-se que, por simples jogo de *herança mendeliana*, chega-se a ver, como já vi muitas vezes, *uma criança branca* nos braços de uma *negra*, sua avó” (CBE, 1929, p. 139, ênfases no original). Neste momento, provavelmente volta à mente do leitor o quadro de Brocos, apresentado na Figura II deste texto, utilizado para ilustrar a tese de branqueamento da população brasileira, partilhada por João Baptista de Lacerda, Roquette-Pinto e outros “homens de sciencia”. E aqui surge outra ambiguidade na apresentação de Roquette-Pinto: ele explicitamente afirma que: “Entre as duas correntes, uma que afirma a herança mendeliana na espécie humana (representada por Davenport), e a outra que a contesta (representada por Boas), as minhas observações levam-me a preferir a primeira” (CBE, 1929, p. 139).

Conforme afirma Kern (2017), a ambiguidade aqui está no fato de que a concepção mendeliana de hereditariedade defendida por Roquette-Pinto tradicionalmente vinculava-se às formas mais racistas de eugenia. “Todavia, no âmbito do discurso eugenista local, não deixa de ser curioso que a introdução da eugenia mendeliana acabaria por produzir a uma compreensão inversa” (Kern, 2017, p. 11). Utilizando os pressupostos científicos da genética mendeliana, Roquette-Pinto se dedica a provar que a mestiçagem não produzia degeneração na população, sendo a prole biologicamente capaz... desde que os “fatores disgênicos” fossem eliminados por meio das técnicas da eugenia positiva: educação, higiene e sanitarismo:

À vista de todos os dados concentrados nesta monographia, pode-se concluir que nenhum dos typos da população brasileira apresenta qualquer estigma de degeneração anthropologica. Ao contrário. As características de todos elles são as melhores que se poderiam desejar. Fica também provado mais uma vez que o cruzamento, longe de ser uma *fusão ou caldeamento*, seguiu aqui leis biologicas já conhecidas, e de nenhum modo – documentadamente – pode ser considerado factor dysgênico. O número de indivíduos somaticamente deficientes, em algumas regiões do paiz, é realmente considerável. Isso, porém, não corre por conta de qualquer factor racial; deriva de causas pathologicas cuja remoção na maioria dos casos independe da anthropologia. É *questão de política sanitária e educativa* (CBE, 1929, p. 145-146, ênfases no original).

Assim, fundamentando sua posição nas (então) mais atuais teorias cientificamente aceitas, Roquette-Pinto conclui sua apresentação afirmando que: “A anthropologia prova que o homem, no Brasil, precisa ser *educado*, e não *substituído*. O processo geral de adaptação das raças aos differentes meios brasileiros segue de accordo com o que a sciencia pode desejar. A anthropologia do Brasil desmente e desmoraliza os pessimistas” (CBE, 1929, p. 147, ênfases no original).

Considerações finais

Em suas teorias, pesquisas, conclusões e vida pública, Edgard Roquette-Pinto se empenhou em demonstrar que o “homem brasileiro” não era um problema, e sim a saída para as dificuldades que o país atravessava. Cientificamente, isto é, biologicamente, reabilitou o tal “homem brasileiro”, criticando duramente os que viam na acentuada mistura de raças brasileira a origem do atraso e dos problemas do país. Se, em certos momentos sua obra parece paradoxal, por utilizar as mesmas metologias e teorias que seus opositores, tal aparentemente se deu por sua crença de que era necessário provar, “falando na mesma língua” de seus detratores, ser a população brasileira capaz de se desenvolver sempre que em condições de saúde e educação, comprovando essa tese na mesma linguagem científica e nos mesmos termos daqueles que os acusavam de “degeneração”.

Criticou os defensores da imigração, em geral, e os de uma imigração branca, em particular. Pois, provando a capacidade do “homem brasileiro”, e mostrando os milhares deles que morriam de fome por não terem trabalho, desmoralizou uma elite que gastava rios de erário público para importar mão de obra. Desmoralizou também os que acreditavam numa suposta superioridade da raça branca, ao provar “cientificamente” que todas as raças possuem, ao menos, qualidades biológicas e intelectuais semelhantes. Atacou os inimigos da mestiçagem, ao provar sua equanimidade intelectual e física com os brancos. Fazia as maiores restrições, por exemplo, a Agassiz, por ser “adepto da hierarquia das raças, um dos temas prediletos do diletantismo científico” (*apud* Souza, 2012).

Em sua imensa pesquisa sobre os tipos antropológicos do Brasil, procurou sempre distinguir, ou melhor compreender, os grandes problemas da antropologia, não de modo puramente acadêmico, mas em função dos problemas mais graves de sua própria gente, pois buscava soluções, e não simples temas de estudo (como todo bom “homem de sciencia”). Tanto foi que não se contentou em reabilitar biologicamente o homem brasileiro, mas entrou na luta pela sua dignificação. Eugenia, para ele, ao contrário do que

significava para outros participantes do Congresso, era sim, melhorar a raça, mas através de educação e higiene, não através de seleção racial ou de proibição da entrada de não-brancos no país, como queriam muitos. Contra os teóricos do branqueamento, dizia que “[...] o problema nacional não é transformar os mestiços do Brasil em gente branca. O nosso problema é a educação dos que aí se acham, claros ou escuros” (*apud* Rangel, 2010, p. 79).

As soluções por ele apontadas para os problemas do povo brasileiro (organização nacional, educação e higiene, principalmente), tentou ele mesmo realizá-las. Vide a sua longa vida de professor, sua fase de radialista, onde procurou sanar o problema educativo brasileiro, ou em sua excursão ao Mato Grosso e Rondônia, onde procurou resolver (médico que era) os problemas de saúde das populações do interior do país por onde passava; ou enquanto dirigia o Instituto Nacional de Cinema Educativo, onde privilegiou a realização de filmes de educação popular e científicos.

Sua obra de reabilitação e dignificação do homem brasileiro foi praticamente um divisor de águas entre os que difamavam a população brasileira, e os que procuraram ampará-la e educá-la. Conforme afirma Tamano (2022), nas décadas de 1920 e 1930 o Brasil vivia o entusiasmo gerado pelo movimento sanitarista, que pressagiava a reversão do quadro social e racial por meio da prevenção de doenças; e pelas reformas educacionais que começavam a engrenar. Os esforços de Roquette-Pinto claramente se dirigem a estes objetivos e, apesar de ser impossível mensurar a importância da influência de seu trabalho sobre as gerações seguintes de antropólogos nacionais, assim como sobre o debate público sobre a questão racial do período subsequente, pode-se afirmar sua relevância para o movimento de positivação da mestiçagem que ocorreu nos anos 1930, principalmente através da obra de Gilberto Freyre, que cita diversas vezes as teorias e conclusões de Roquette-Pinto em “Casa-grande & Senzala” [2003 (1933)].

Referências

- Iº CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e trabalhos*. Rio de Janeiro, 1929.
- FARIA, L. de C. *A contribuição de E. Roquette-Pinto para a Antropologia Brasileira*. Universidade do Brasil, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1959.
- FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Editora Global, 48ª edição, 2003. [1ª edição 1933]
- GOUVÊA FILHO, P. *Edgard Roquette-Pinto: o antropólogo e educador*. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Cinema Educativo, Rio de Janeiro, 1955.
- KERN, G. S. As proposições eugenistas de Roquette-Pinto: uma polêmica acerca do melhoramento racial no Brasil. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. ANPUH, Brasília, 2017.
- LACERDA, J. B de. Sur les méfis au Brésil. *Premier Congrès Universel des Races*. Paris, 1911. Disponível em <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/35/1/Surlesmetis%20cdr.pdf>. Acesso em 20 jan. 2022.
- RANGEL, J. A. *Edgard Roquette-Pinto*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2010.
- ROQUETTE-PINTO, E. *Ensaio de Anthropologia Brasileira*. Bibliotheca Pedagógica Brasileira, Companhia Editora Nacional, 1ª edição, São Paulo, 1933.

- ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia*. Bibliotheca Pedagógica Brasileira, Companhia Editora Nacional, 3ª edição, São Paulo, 1935.
- ROQUETTE-PINTO, E. *Relatório da excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962.
- SCHWARCZ, L. K. M. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. Companhia das Letras, São Paulo, 1993.
- SEYFERTH, G. *João Batista de Lacerda: A Antropologia Física e a Tese do Branqueamento da Raça no Brasil*. Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Rio de Janeiro, datilografado, s.d.
- SOUZA, V. S. Retratos da nação: os ‘tipos antropológicos’ do Brasil nos estudos de Edgard Roquette-Pinto, 1910-1920. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, v.7, n.3, 2012, p. 645-669
- TAMANO, Luana Tiek Omena. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929): as discussões em torno da eugenia no Brasil. *Tempo (Niterói)*. Volume 28, n.3, 2022, p. 32-55.

Recebido em: 10-02-2022
Modificado em: 15-05-2022
Aceito em: 21-07-2022

Tiago Nogueira Hyra e Chagas Rodrigues

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha.